

Editorial

Completa-se, com este número, a edição de vinte volumes da Revista Portuguesa de Educação. É uma história já longa que nos propomos contar brevemente, em edição comemorativa, quando, de facto, se cumprirem vinte anos de publicação regular. Nessa história, iniciada em 1998, serão trazidos à discussão, naturalmente, os desafios (às vezes pressões) que hoje se colocam à visibilização do conhecimento científico, sobretudo, o que se produz em língua portuguesa e no domínio das ciências sociais, em geral, e da educação em particular. Entre esses desafios e pressões inclui-se, por exemplo, o do cumprimento de prazos de apresentação da publicação junto das bases de dados onde a RPE está indexada. Neste particular, a revista passou a estar indexada num novo Directório — o *Directory of Open Access Journals* — DOAJ (<http://www.doaj.org>). Localizado na Universidade de Lund, Suécia, o DOAJ é o principal directório, a nível mundial, de revistas científicas em acesso aberto, incorporando, neste momento, as principais revistas científicas do mundo. Esta possibilidade, que implicou um rigoroso processo de selecção, amplia de maneira significativa a visibilidade do conhecimento produzido em contextos regionais e científicos com menor impacto nos actuais 'mercados' do saber, mas impõe, igualmente, modos de trabalho editorial diferentes dos que até aqui nos habituámos e habituámos os nossos Autores e Leitores. O facto de este número da RPE estar, nesta altura, nas vossas mãos é já disso uma consequência. Com efeito, um dos principais requisitos para a manutenção das revistas no DOAJ (bem assim como nas outras plataformas) é que elas sejam publicadas em intervalos regulares e de forma a que possam estar disponíveis dentro do ano a que dizem respeito.

O cumprimento dos prazos, sem alteração dos padrões de qualidade científica e editorial, num contexto de edição que não é profissional nem comercial, tem muitas mais implicações que não, exclusivamente, a de se ser capaz de 'acelerar' o processo final de impressão de um número, fazendo-se sentir logo desde o momento em que o artigo é submetido para publicação. Por isto, os Autores da RPE começaram já a dar conta de maior exigência quanto ao cumprimento de normas nas submissões e de novos modos e

tempos *na* e *para* a revisão dos textos. No processo, as consequências começam também a sentir-se noutros níveis, nomeadamente o do tempo (e modos) para a avaliação pelos pares. Por isto mesmo, os agradecimentos públicos que, em cada biénio, a RPE vem manifestando ao vasto número de investigadores que, sem contrapartidas materiais, colabora na emissão de pareceres, são, neste número, agradecimentos reforçados. A sua disponibilidade para avaliar e o tempo cada vez mais curto de resposta contribuem decisivamente para o estatuto que a Revista alcançou, tanto nacional como internacionalmente. A todos, a Revista Portuguesa de Educação e o Centro de Investigação em Educação que a edita exprimem, aqui, um grato reconhecimento.

Os artigos que compõem este número são representativos, como é habitual num número que não integra um núcleo temático, quer da variedade de domínios que constituem os estudos educacionais como de metodologias para a sua investigação.

O texto de Maria Lúcia Castanheira, Judith Green e Carol Dixon bem assim como o da equipa liderada por João Pedro da Ponte tomam a comunicação na sala de aula como factor decisivo na construção do conhecimento escolar. No primeiro caso, por recurso à etnografia interaccional, analisam-se como alunos e professores estabelecem as condições para a leitura, discussão e produção de textos em aulas de língua; no segundo, partindo-se de pressupostos sobre a natureza profundamente social da aprendizagem da Matemática e, nesse sentido, sobre o impacto das práticas discursivas na construção daquele conhecimento, analisam-se, numa orientação qualitativa e interpretativa, perspectivas e práticas de jovens professores quanto à forma como se relacionam com os vários aspectos do processo comunicativo na sua actividade lectiva.

O texto de Ana Maria Morais e Isabel Neves, não tomando como seu objecto imediato o discurso da sala de aula, em certa medida é dele também que trata quando sistematiza a orientação metodológica levada a cabo pelo grupo de Estudos Sociológicos da Sala de Aula. Nele discutem-se as potencialidades analíticas e de objectividade de uma abordagem metodológica mista, baseada na teoria do discurso pedagógico de Basil Bernstein, "que se afasta da dicotomia entre abordagens naturalistas e racionalistas" e cuja forte sustentação teórica e conceptual gera condições

mais favoráveis à aceitação e ao impacto social do conhecimento educacional produzido.

No reconhecimento da actualidade política e académica do movimento da escola inclusiva, Isabel Sanches e António Teodoro apresentam um estudo sobre práticas de professores de apoio educativo, no sentido de identificar indicadores de uma educação que efectivamente construa escolas mais equitativas.

Para além da sala de aula e das práticas docentes, Jorge Ávila de Lima discute um dos principais desafios que se colocam aos profissionais de educação: o da interacção em redes, nos novos contextos de regulação social da educação. Concluindo a sua sistematização e análise de modelos como o do "centralismo burocrático" e dos "inspirados no mercado", o artigo apresenta uma proposta de conceptualização que permite compreender o actual "apelo à utilização das redes como modelo de governação da educação".

Por fim, no artigo de Maria-João Alvarez e Michael Oliveira apresenta-se um estudo *quasi-experimental* de intervenção no âmbito da prevenção do HIV/SIDA entre estudantes universitários, fazendo também pensar para este contexto académico funções que estão para além da aquisição exclusiva de conhecimento académico.

Nas habituais secções que integram os números da Revista Portuguesa de Educação, pode o nosso leitor ainda encontrar uma recensão do livro de António Gomes Batista e Maria da Graça Costa Val sobre as escolhas de manuais escolares por professores. Pese embora o facto de a obra ser de 2004, no actual contexto nacional de discussão de processos de certificação deste recurso didáctico, a reflexão sobre conhecimento já produzido neste domínio parece-nos de extrema relevância. Segue-se, num novo formato, a divulgação de teses de Doutoramento em Educação apresentadas à Universidade do Minho, no primeiro semestre de 2007. Dado que o seu cada vez maior número torna pouco económica a divulgação dos respectivos resumos, apelamos à sua consulta na página *web* do CIED. A notícia do seminário internacional sobre as implicações na Educação de Adultos das mutações das relações entre o Estado, a Sociedade Civil e o Cidadão, a lista de publicações recebidas no âmbito dos protocolos de permutas da Revista Portuguesa de Educação e, como já referido, a

publicitação dos investigadores que conosco colaboraram nos últimos dois anos encerram mais este número que esperamos possa cumprir junto do público leitor os objectivos e as funções que desde a sua criação a Revista assumiu.

Maria de Lourdes Dionísio